

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37455	49704/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 10103/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 10103/2025

Local: Rua dos Moínhos, nº 50, Adaúfe

Assunto: Reposição de legalidade urbanística**. **

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34558 de 24 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

1. Foi constatado que para o local, encontram-se em curso dos processos de licenciamento do edifício principal (10501/98 e 15952/00), ambos sem que tenha sido ainda proferida decisão final (conforme atestado em reunião com o agente fiscalizador). Para o anexo não foi encontrado qualquer processo de licenciamento.

Não foi elaborada participação para efeitos contraordenacionais, uma vez que há fortes indícios de que a obra em apreço foi executada há mais de cinco anos.

2. Assim proponho:

2.1. Suspende o procedimento de fiscalização, relativamente ao edifício principal, nos termos do Artigo B1/21.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até que seja emitida a licença ou se verifique inércia do requerente (e seja declarada, consequentemente, a devida deserção do procedimento).



Atendendo a que se trata de processos muito antigos, deverá alertar-se a DMGT/DU, para o assunto.

2.2. Auscultar a DMGT/DU, relativamente ao anexo, no sentido de aferir a viabilidade e modo de legalização das desconformidades verificadas no local, para instrução de medidas para reposição da legalidade urbanística conforme o previsto no artº 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.

2.3. De dar conhecimento de tal diligência aos interessados.

Despachos

- A 23/10/2025, Filipa Dantas Vilela, na qualidade de Chefe de Divisão: "Subcrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

